

Flexibilização curricular e plataformização da educação: análise dos efeitos da Reforma do Ensino Médio sobre o trabalho docente

Flexibilización curricular y plataformización de la educación: análisis de los efectos de la Reforma de la Enseñanza Media sobre el trabajo docente

Andreia Zanlorenzi
Rede estadual de educação do Paraná
Curitiba-PR-Brasil

Renata Peres Barbosa
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Curitiba-PR-Brasil

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar e discutir os possíveis efeitos dos processos de flexibilização curricular e de plataformização sobre o trabalho docente, processos intensificados com a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), que modificou a estrutura curricular desta etapa de ensino, permitindo a inserção dos mais diversos componentes curriculares e a ampliação da tecnologização da educação. A pesquisa é de caráter qualitativo, desenvolvida a partir de análise documental e de entrevistas semiestruturadas realizadas com 10 professores(as) da rede estadual de educação do estado do Paraná. Pode-se concluir que a flexibilização curricular, considerada a grande inovação da Reforma, serve aos interesses mercantis e à lógica gerencial neoliberal, retira a autonomia pedagógica em detrimento do uso de plataformas educacionais e de aulas prontas, estabelecendo a desintelectualização e o controle do trabalho docente.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; Plataformização da educação; Trabalho docente.

Abstract

El artículo tiene como objetivo analizar y discutir los posibles efectos de los procesos de flexibilización curricular y plataformización en el trabajo docente, procesos intensificados con la Reforma de la Enseñanza Media (Ley nº 13.415/2017), que modificó la estructura curricular de esta etapa educativa, permitiendo la inserción de diversos componentes curriculares y la ampliación de la tecnologización de la educación. La investigación es de carácter cualitativo, desarrollada a partir de análisis documental y entrevistas semiestructuradas realizadas a 10 profesores(as) de la red estatal de educación del estado de Paraná. Se concluye que la flexibilización curricular, considerada la gran innovación de la Reforma, sirve a intereses mercantiles y a la lógica gerencial neoliberal, eliminando la autonomía pedagógica en detrimento del uso de plataformas educativas y clases estandarizadas, lo que establece la desintelectualización y el control del trabajo docente.

Keywords: Reforma de la Enseñanza Media; Plataformización de la educación; Trabajo docente.

Introdução

A Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº13.415/2017(Brasil, 2017), é resultado de um cenário político nacional de intensas disputas por hegemonia, que incidiram em mudanças significativas na estrutura, na oferta e nas formas de financiamento dessa etapa de ensino (Silva, 2015; Ferreti; Silva, 2017). No que se refere à organização curricular, o currículo do Ensino Médio foi separado em Formação Geral Básica e Itinerários Formativos. Essa flexibilização, considerada como a grande inovação da Reforma, vem permitindo a ampliação das mais variadas formas de oferta da educação pública e a inserção de componentes curriculares sem objeto de estudo de campo científico reconhecido nas matrizes curriculares. Observa-se ainda a expansão da privatização, decorrente da desregulamentação a favor do setor privado na oferta da educação pública, e em parcerias com institutos e organizações não governamentais na elaboração dos referenciais curriculares dos estados e na produção de materiais didático-pedagógicos (Silva; Martini; Possamai, 2021; Barbosa; Alves, 2023a; Barbosa, Alves. 2023b). Sobre a flexibilização, Krawczyk e Ferreti (2017) esclarecem que:

A ideia de flexibilização vem sendo utilizada nas últimas décadas para se opor a uma estrutura estatal de proteção do trabalho e de proteção social. Apresenta-se sob a forma de flexibilização das relações de trabalho, da jornada trabalhista, da vinculação de receitas dos recursos públicos, da Constituição, do currículo, entre outras (Krawczyk; Ferretti, 2017, p. 36).

Os resultados dos estudos até então empreendidos sobre o chamado Novo Ensino Médio demonstram que a Reforma do Ensino Médio legitima mudanças que têm impactado fortemente na concepção da formação das juventudes, na formação e valorização dos docentes e no desenvolvimento do trabalho pedagógico (Silva; Martini; Possamai, 2021; Barbosa, Alves, 2023a; Zanlorenzi, 2024).

No que se refere ao trabalho docente, a referida Reforma tem imposto processos de expropriação do trabalho nos mais diversos âmbitos, que podem ser verificados na ingerência a que docentes vêm sendo submetidos na sua prática cotidiana, na ausência de perfil profissional e de formação inicial que contemplem as propostas dos novos componentes curriculares e, mais recentemente, na intensificação do uso da tecnologia e na plataformização do ensino. Essas práticas alinhadas às demandas do mercado contribuem para descaracterizar, deslegitimar e desintelectualizar o trabalho docente, levando à desqualificação profissional e perda da identidade (Krawczyk; Ferreti, 2017; Ciavatta, 2018;

Silva; Barbosa; Körbes, 2022; Barbosa; Alves, 2023a). Merecem atenção especial os processos de plataformização do ensino que vêm-se configurando como tema central da política educacional no estado do Paraná. Tais recursos potencializam-se como novas formas de padronizar e regular os processos pedagógicos, tendo como alvo estudantes e docentes, por meio da produção e vigilância de dados que, consequentemente, ampliam as possibilidades de privatização (Barbosa; Alves, 2023a; Zanlorenzi, 2024).

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo concentra-se em analisar os processos de flexibilização e plataformização da educação, intensificados pela Reforma do Ensino Médio, e os possíveis efeitos sobre o trabalho docente. O estudo em questão é um recorte de uma pesquisa de mestrado em Educação, que investigou as implicações do componente curricular Projeto de Vida para o trabalho docente no Novo Ensino Médio no estado do Paraná.

Metodologicamente, para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se por uma abordagem de natureza qualitativa, com procedimentos que se deram por meio de análise documental e entrevistas semiestruturadas com 10 professores(as) da rede estadual de educação do Paraná.

O texto está organizado em duas partes: na primeira, apresenta-se brevemente o contexto de implementação da Reforma do Ensino Médio no estado do Paraná, enfatizando as consequências da flexibilização curricular e da plataformização. Na segunda, explicitam-se os processos de desintelectualização e controle do trabalho docente, verificados por meio da análise das entrevistas realizadas com docentes que lecionam o componente curricular Projeto de Vida, em turmas do Ensino Médio, no estado do Paraná.

O contexto de implementação da Reforma do Ensino Médio no estado do Paraná

Desde o ano de 2011, a política educacional colocada em prática pelos governos do estado do Paraná está alinhada à lógica empresarial, à gestão por resultados e à desregulamentação a favor dos interesses privatistas. Com altos empréstimos de bancos internacionais e a necessidade de colocar em prática suas cartilhas, o estímulo financeiro ao desenvolvimento do mercado assume lugar de destaque nas ações do estado (Sousa, 2013; Mendes; Horn; Rezende, 2020). Essa política vem sendo aprimorada e intensificada pelos governos de Carlos Roberto Massa Junior (Ratinho Junior), desde 2019, incidindo de forma severa na educação. Conforme apontam Mendes, Horn e Rezende (2020):

Flexibilização curricular e plataformização da educação: análise dos efeitos da Reforma do Ensino Médio sobre o trabalho docente

Trata-se de uma política educacional perversa, focada tão somente nos resultados das avaliações institucionais de larga escala, como Prova Brasil, que produz o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e recentemente a Prova Paraná, que busca estimular o empreendedorismo gerencial dos diretores das escolas para a elevação dos índices de avaliações externas que aferem qualidade à educação, sem modificar as condições de trabalho dos profissionais da educação e de ensino e aprendizagem no interior das escolas (Mendes; Horn; Rezende, 2020, p. 3).

Com foco na melhoria dos índices educacionais foram implementadas, na última década, várias ações gerencialistas pelo estado do Paraná, dentre as quais pode-se destacar a implementação do Livro Registro de Classe Online (LRCO), a primeira plataforma educacional de uso obrigatório nas escolas, desenvolvida para os registros de frequência, conteúdo e avaliação dos(as) professores(as), que, desde 2012, vem se configurando como um instrumento para o controle do trabalho docente.

Essa ferramenta, hoje denominada RCO+aulas (Paraná, 2022a), foi reformulada pela gestão atual da Secretaria de Educação (SEED), sendo inseridoali um campo contendo planos de aula para cada componente e séries, no qual também podem sãodisponibilizados videoaulas, slides e listas de exercícios, que direcionam os(as) docentes para o seu uso, ou seja, a função dos(as) professores(as) passa a ser a de executores de aulas que sãoplanejadas fora da escola.

Sobre essa “inovação”, no final do ano de 2023, o governador Ratinho Junior pronunciou-se nas redes sociais:

No Paraná, o professor não gasta mais tempo preparando aula! Reunimos pedagogos, fizemos uma ferramenta e temos a preparação da aula por grupo de trabalho. O professor tem hoje, no celular, todas as aulas preparadas por segmento. É mais facilidade pra vida do professor! (Galindo, 2023, on-line).

Atualmente, na educação do Paraná, há 16 ferramentas educacionais (aplicativos) e 11 recursos educacionais digitais (plataformas) disponíveis no site oficial do estado para o acesso de professores(as) e estudantes (Paraná, 2025). Essa inserção de forma arbitrária da tecnologia educacional vem modificando de forma significativa a natureza do trabalho pedagógico e a própria relação entre professores(as) e estudantes (Barbosa; Alves, 2023a; Barbosa; Alves, 2023b).

Cabe ainda explicitar que os dados gerados pelas avaliações externas propostas pelo estado, pelos registros no RCO e pela plataformização são enviados para o Microsoft Power Business Intelligence(BI). O Power BI é uma ferramenta digital elaborada pela Microsoft para

gestores de empresas e vem sendo utilizada na educação do Paraná para coletar, organizar, analisar, compartilhar e monitorar dados, com a intenção de “criar uma cultura controlada por dados” (Microsoft Corporation Inc., 2025).

Essa ampla coleta de dados, realizada pelas ferramentas tecnológicas, vem sendo empregada para responsabilizar os(as) professores(as), as equipes pedagógicas e as direções das escolas pelos baixos resultados, caracterizando mais uma estratégia gerencialista – a política de *accountability* – na qual “[...] tem-se a adoção da descentralização para garantir a eficácia e a eficiência das políticas públicas, acompanhado do processo de responsabilização, transferência de responsabilidades, prestação de contas e transparência” (Silva; Carvalho, 2014, p. 222).

A título de ilustração, para a garantia de que as decisões e encaminhamentos impostos por essa política pública sejam colocados em prática, outro mecanismo de controle da execução do trabalho na escola são as tutorias pedagógicas. De acordo com estudo empreendido por Mendes, Horn e Rezende (2020), as tutorias são uma estratégia de formação em serviço que tem como base o Guia de Tutoria Pedagógica da Fundação Itaú Social, estratégia já experimentada no Brasil no estado de São Paulo, que tem origem na reforma do ensino da cidade de Nova York (EUA). Essas práticas secundarizam a produção própria da escola, seu projeto-político pedagógico e seus órgãos colegiados, fragmentando a atuação e as possibilidades de construções coletivas, servindo ao controle da ação docente e pedagógica.

Nesse cenário de controle excessivo do trabalho docente e de discussões pedagógicas esvaziadas, deu-se início à implementação do Novo Ensino Médio, em 2022, nas escolas estaduais paranaenses. Com informações pouco transparentes e um processo de consulta pública online e aligeirado (Silva; Barbosa; Körbes, 2022), o Paraná instituiu as Diretrizes Curriculares Complementares e o Referencial Curricular para o Ensino Médio, aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, em julho de 2021.

A flexibilização curricular, com a inserção de novos componentes curriculares que não possuem campo científico reconhecido nos currículos, denotam mudanças significativas na “natureza das relações pedagógicas” (Barbosa; Alves, 2023b, p. 7). Nesse contexto, a concepção de educação desloca-se de um modelo com base no direito ao amplo acesso do conhecimento científico para um modelo que não impõe mais a exigência de um professor

que detenha o saber a ser transmitido, pois o entendimento passa a ser de que o conhecimento está no mundo, basta saber onde o procurar e acessá-lo. Nesse sentido, “o professor não tem mais que transmitir conhecimentos, mas motivar, guiar, avaliar” (Laval, 2004, p. 129). Além disso:

Fazer acreditar que o professor deve se tornar um acompanhante de pesquisas pessoais e de exercícios padronizados em material informatizado permite justificar as compras massivas de equipamentos em nome de uma inelutável “substituição do capital ao trabalho” (Laval, 2004, p. 129).

Essas alterações na natureza das relações pedagógicas ocorrem em meio aos processos de plataformização, cuja análise será apresentada no próximo tópico.

Flexibilização e plataformização da educação: análise dos efeitos sobre o trabalho docente

Com a aprovação da Reforma do Ensino Médio, via Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), que acontece num contexto de aprofundamento das reformas neoliberais no Brasil, percebe-se a ampliação sem precedentes das parcerias público-privadas no estado do Paraná, assim como da ingerência e monitoramento do trabalho docente, especialmente por meio da plataformização da educação e da introdução de componentes curriculares difusos.

A flexibilização curricular, somada à padronização e à prescrição curricular (advindas do currículo por competências imposto pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC), favorece a implementação de políticas educacionais centradas no uso da tecnologia.

A plataformização da educação é um tema recente, que se amplia no Brasil após a aprovação da Lei nº 13.415/2017, mas já vem sendo alvo de estudos pelas drásticas consequências que impõe ao currículo, à organização do trabalho pedagógico e ao trabalho docente. Barbosa e Alves (2023a) analisam recursos e plataformas digitais adotados pelo estado do Paraná. De acordo com as autoras, a introdução dessas tecnologias no ensino se configura como um novo nicho de mercado lucrativo, além de favorecer a regulação, a vigilância e o controle do trabalho docente (Barbosa; Alves, 2023a).

Em nossa pesquisa, foram realizadas entrevistas com 10 docentes que lecionam o componente curricular Projeto de Vida em turmas de Ensino Médio no estado do Paraná. As entrevistas foram realizadas presencialmente nas escolas participantes, com autorização do Núcleo Regional de Educação de Curitiba e aprovação no Comitê de Ética da Universidade Federal do Paraná¹. O Núcleo Regional de Educação de Curitiba está dividido em 10 setores

que contemplam escolas com oferta de Ensino Médio regular. Com a intenção tanto de coletar dados das diversas localidades do município, quanto de obter uma variedade de instituições, foi selecionada uma escola de cada setor mediante sorteio para a realização da pesquisa. O roteiro da entrevista contou com 22 questões previamente elaboradas, com o intuito de compreender as possíveis implicações da Reforma do Ensino Médio para o trabalho docente.

Os relatos e análises a seguir demonstram o processo aligeirado por meio do qual os novos componentes foram colocados em prática e o seu caráter difuso, aliado à oferta de materiais prontos. Os sujeitos da pesquisa serão identificados ao longo do texto com as letras do alfabeto do A ao J.

Inclusive em 2022, ainda não tinha nenhuma organização. O que nós íamos aplicar? Inclusive, eu fui num curso e perguntei pro palestrante: escuta, o que a gente ensina em Projeto de Vida? [...] Por exemplo, em Sociologia, Max Weber; dentro do que nós vamos falar de Max Weber, vamos falar sobre compreensão, ação social, solidariedade. Então a gente tem uma noção. No Projeto de Vida, lá no início, não tinha nada (Professor E, informação verbal, grifo nosso).

O excerto da fala do(a) entrevistado(a) expressa o desrespeito à formação inicial dos(as) professores(as) e a negligência em relação aos conhecimentos historicamente produzidos que são considerados, pela racionalidade neoliberal, “como fundamentalmente inúteis e aborrecidos” (Laval, 2004, p. 307). Também é nítida a confusão e o improviso a que estão submetidas às práticas docentes. Nesse sentido, nota-se que a dificuldade inicial da falta de direcionamento se transforma na dificuldade em abordar os temas elencados na proposta curricular, que não condizem com os conhecimentos adquiridos pelos(as) professores(as) ao longo de sua formação. A ação educativa intencional e planejada torna-se secundarizada. Nesse sentido, analisa Laval (2004, p.301,305):

A contradição maior da escola neoliberal refere-se ao fato de que ela ataca os valores que estão instalados no coração do ofício de ensinar e que dão sentido ao aprendizado [...] A ação pedagógica supõe uma convicção presa ao corpo no valor do ofício que se faz e na sua importância social. Enfraquecer essa convicção banalizando o ofício de professor, querendo fazer do professor um administrador ou um técnico, recai paradoxalmente na diminuição da eficácia global do sistema educativo [...].

Ainda no que se refere à confusão em relação à organização curricular, também é manifestada pelo(a) Professor(a) A.

Flexibilização curricular e plataformização da educação: análise dos efeitos da Reforma do Ensino Médio sobre o trabalho docente

[...] quando começou o Novo Ensino Médio, começou sem a gente receber os documentos. Então, o caderno veio depois, no meio do ano passado, mas a princípio não tinha documento. Porque **como a gente acessa a aula no sistema, você consegue ver todas as aulas prontas**. Mas os documentos em si, os norteadores, eles não vieram antes, eles só foram aparecer depois (Professor A, informação verbal, grifo nosso).

Em síntese, dos(as) 10 professores(as) entrevistados(as), 9 afirmaram utilizar o planejamento disponibilizado pela SEED e/ou as aulas prontas. Sendo assim, fica nítida a indução e direcionamento ao uso do material disponibilizado pela SEED, conforme retrata a Professora I.

[...] acaba que o ruim é que **o planejamento vem pronto**. No começo, eu até tentei fazer um planejamento meu, mas daí fica dúvida. Você fica com uma coisa no RCO ou uma coisa que você faz. Aí fica complicado. Então eu lembro que lá no começo eu usei [os documentos orientadores] para tentar pensar um planejamento meu. E daí, **com o tempo, eu fui desistindo. Fui usando o planejamento da SEED** (Professora I, informação verbal, grifo nosso).

Nas falas dos(as) professores(as), nota-se o papel relegado de executores da proposta. O planejamento das aulas passou a ter como base os materiais prontos disponibilizados no sistema informatizado RCO+Aulas. Essas implicações para o trabalho docente tornam-se evidentes e se intensificam no componente curricular Projeto de Vida por se tratar de um novo componente, que não possui campo de conhecimentos produzidos historicamente nem é reconhecido cientificamente, tendo caráter difuso apresentado pela sua proposta. Os materiais disponíveis no sistema para as aulas do componente curricular Projeto de Vida também não foram elaborados pelos/as docentes, de modo que, no ano de 2022, foram fruto de uma parceria realizada com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação(ICE)², enquanto, a partir de 2023, passaram a ser fruto de uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância(UNICEF)³ (Barbosa; Alves, 2023b).

Outro fator relatado que interfere na realização do planejamento e induz à utilização das aulas prontas é a obrigatoriedade da atribuição do Quizizz (Paraná, 2022b). De acordo com a Instrução Normativa nº 005/2024 – DEDUC/SEED (Paraná, 2024), o Quizizz é uma atividade complementar para ser realizada em casa, disponibilizada aos alunos pela plataforma Desafio Paraná e contemplada no material pedagógico contido no RCO+Aulas, para que professores(as) (de todos os componentes curriculares), via e-mail institucional, enviem aos(as) estudantes. Essas atividades também não são elaboradas pelos(as) professores(as).

O Desafio Paraná faz parte do conjunto de plataformas educacionais hoje utilizadas diariamente nas escolas estaduais do Paraná. O que se observa é que a adoção de tais plataformas pode contribuir para a desqualificação dos saberes docentes e destituição da função de ensinar, pois o mais importante é manter as plataformas em dia. Cumpre salientar que, na “[...] sociedade da cultura digital do século XXI, portanto, o arsenal digital compõe o modo de produção capitalista que se assenta em relações de maior controle e vigilância” (Barbosa; Alves, 2023a, p. 8). As falas a seguir ilustram bem esse cenário.

[...] Agora tem o Quizizz no Projeto de Vida. Então, se eu não uso, eu tenho mais dificuldade de atribuir a tarefa e se eu uso a aula, o link já está na aula. [...] E daí, se eu não sou cobrado a usar aula, **necessariamente eu sou cobrado por não ter enviado o Quizizz para os alunos**, certo? **A escola é cobrada**, enfim, que tem que **manter lá um certo percentual tanto de acesso como de fazer os exercícios e tudo mais**. Então, se eu não uso, é mais difícil o caminho. Se eu uso, é mais fácil. É só clicar aqui já é disparado pra eles (Professor B, informação verbal, grifo nosso).

A escola não pode terminar nem um dia no vermelhinho que, antes do dia fechar, **já vem um formulário pra direção com a presença na escola e se todas as plataformas do dia foram preenchidas**. Então tem que terminar verde todo dia. **É uma pressão, assim, diária**. [...] com relação ao uso do laboratório [de informática], acho que todo mundo entendeu bem, que **a necessidade maior é manter a plataforma em dia, mas conforme as plataformas vão aumentando, vai dificultando** (Professora C, informação verbal, grifo nosso).

Os relatos evidenciam a existência da cobrança e do controle advindos da SEED para o cumprimento de metas vinculadas ao uso das plataformas educacionais. Internamente, a melhoria dos indicadores educacionais nas escolas fica a cargo das direções, que passam a ser vistas pela lógica gerencialista como chefias imediatas, afastando-se de sua função de representante dos anseios da comunidade escolar, ou seja, da gestão democrática.

Desde junho de 2021, após a aprovação do Decreto nº 7.943/2021, que estabeleceu atribuições e competências para a atuação da direção e direção auxiliar, associada ao uso das ferramentas digitais, presencia-se no Paraná o afastamento arbitrário de diretores(as) de suas funções (Caldas, 2023). Paralelamente, em dezembro do mesmo ano, instituiu-se, pela Lei nº 20.935/2021, a gratificação de incentivo para diretores(as) e direções auxiliares vinculada a porcentagens de frequência dos(as) estudantes e aos resultados de aprendizagem, o que contribui para a efetivação da política de gestão controlada por dados através das plataformas.

Essa expropriação dos processos de produção do trabalho docente pela plataformização da educação e pela intensificação do controle contribui para a

desintelectualização, pois exclui os(as) docentes das reflexões necessárias para a tomada de decisão sobre a concepção e elaboração quer da proposta pedagógica quer do próprio planejamento educacional, transformando-os somente em executores de uma proposta planejada “por especialistas”, a qual, na maioria das vezes, não condiz com a realidade encarada todos os dias no chão da escola e com as condições de colocá-la em prática.

Nesse contexto, a desqualificação sofrida pelos professores nos processos de reforma que tendem a retirar deles a autonomia, entendida como condição de participar da concepção e organização de seu trabalho, aliada à desvalorização desses docentes – pela negação e desprezo pelo seu saber profissional -, contribui para o fortalecimento da sensação de mal-estar desses professores, oriunda da suposição de que a escola prescinda de profissionais (Andrade, 2003, p. 33).

Essa fragmentação do planejamento transparece nas entrevistas. O Professor E disse que “[...] hoje o **trabalho dos professores está sendo muito individual, não está mais sendo coletivo**” (informação verbal, grifo nosso). Já a Professora J relatou que a participação é pontual por falta de tempo dos docentes: “**A gente está super atarefado com a plataformização do ensino**. Muita coisa pro forma para se cumprir e talvez essas coisas que são mais interessantes, uma discussão mais aprofundada, um tempo em hora atividade, não acontece” (Professora J, informação verbal, grifo nosso).

Estudos recentes evidenciam (Andrade, 2020; Barbosa; Silva; Alves, 2023) que a política de formação docente no Brasil, reformulada após a Reforma do Ensino Médio, segue regulada pelas recomendações dos organismos internacionais e adequada ao conjunto de competências definidas na BNCC.

Com intenção de ajustar os professores às demandas mercadológicas atuais, incluindo aqui as padronizações necessárias para as avaliações externas, a formação perde suas análises sócio-históricas e volta-se para a prática em detrimento da teoria (Shiroma, 2003). Para as intenções gerencialistas, interessa mais um professor técnico, produtivo, eficiente e polivalente, que saiba trabalhar para o desenvolvimento das competências socioemocionais e empreendedoras. Nas palavras de Silva (2019, p.133):

O chamado modelo de competências se origina e se alimenta de uma perspectiva economicista dos processos formativos, assentada em critérios de eficiência, produtividade e competitividade, que culminam por conferir ênfase ao desempenho e a uma concepção de prática, dissociada de seus fundamentos teóricos, dando espaço para um reduzido saber-fazer.

Essa formação reducionista, advinda da noção de competências (Silva, 2019), tem a função também de despoliticizar e favorecer a flexibilização e o controle do trabalho docente, pois, definida como uma característica individual, “ela não suporta nenhum direito, não liga o trabalhador a nenhum grupo, a nenhuma história coletiva, elatende preferencialmente a seu isolamento e despedeça seu percurso profissional” (Laval, 2004, p. 57).

Considerações finais

O artigo teve como objetivo analisar os processos de flexibilização e plataformização da educação sobre o trabalho docente, com recorte para o estado do Paraná, sendo relevante destacar como esses processos foram intensificados com a Reforma do Ensino Médio, via Lei nº 13.415/2017. A referida lei permitiu a flexibilização curricular que modificou a estrutura dos currículos do Ensino Médio, inserindo novos componentes curriculares sem campo científico, além de ampliar as possibilidades de privatização da educação pública por meio das parceiras público-privadas. Somada à Lei da Reforma de 2017, a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) retomou o currículo por competências, facilitando o estabelecimento de currículos prescritos para atender às avaliações em larga escala.

A análise buscou explicitar, as ações gerencialistas colocadas em prática pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná, nos últimos anos, que centraliza os objetivos da educação na elevação de índices, investindo massivamente na tecnologização da educação e na plataformização do ensino, o que tem imposto significativas alterações ao trabalho realizado pelos(as) docentes e intensificação da vigilância e do controle.

Como resultados da pesquisa, a partir das entrevistas realizadas com 10 professores(as) da rede estadual, foi possível observar que a flexibilização curricular e a plataformização da educação têm exposto os(as) professores(as) a intensos processos de desintelectualização. Depreende-se, portanto, que a flexibilização curricular e a plataformização da ação educativa contribuem fortemente para a descaracterização do trabalho docente, justamente por essa exposição a uma desintelectualização como projeto em curso, que também reflete em controle de seu trabalho, ambos manifestos pela desqualificação de saberes docentes e pela secundarização do planejamento e do ensino.

Referências

ANDRADE, Dalila Oliveira. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: ANDRADE, Dalila Oliveira (Org.). **Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 13-38.

Flexibilização curricular e plataformização da educação: análise dos efeitos da Reforma do Ensino Médio sobre o trabalho docente

ANDRADE, Dalila Oliveira. Políticas itinerantes de educação e a reestruturação da profissão docente: o papel das cúpulas da OCDE e sua recepção no contexto brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 85-107, jan./abr. 2020. Disponível em:<https://tinyurl.com/mpf4x4xx>Acesso em: 5out. 2024.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-26, 2023a. Disponível em:<https://tinyurl.com/53snvtzj>Acesso em: 5 out. 2024.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. Aprender a empreender: reflexões sobre um projeto de vida danificado. **Currículo sem Fronteiras**, v. 23, p. 1-17, e1140, 2023b. Disponível em:<https://tinyurl.com/8aunuujd>Acesso em: 5 out. 2024.

BARBOSA, Renata Peres; SILVA, Monica Ribeiro; ALVES, Natália. Agenda global e a influência nas políticas para formação docente: Brasil e Portugal. **Debates em Educação**, Maceió, v. 15,n. 37, p. 1-18, 2023. Disponível em:<https://tinyurl.com/3kp4es5c>Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**.Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.Disponível em:<https://tinyurl.com/5n6wnrnw>Acesso em: 22 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em:<https://tinyurl.com/3tnzefjh>Acesso em: 22 dez. 2024.

CALDAS, Ana Carolina. No Paraná, alunos protestam contra afastamento de diretores de escolas. Secretaria alega que os afastamentos são por não cumprimento de metas estabelecidas.In: BRASIL DE FATO. **Jornal Brasil de Fato**, [on-line],30 maio 2023. Disponível em:<https://tinyurl.com/3fvsrfey>Acesso em: 5 out. 2024.

CIAVATTA, Maria. A reforma do ensino médio: uma leitura crítica da Lei nº 13.415/2017 – adaptação ou resistência? **HOLOS**, Natal, ano 34, v. 4, p. 207-222, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/2tuutyd2>Acesso em: 5 out. 2024.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p.385-404, abr./jun.2017. Disponível em:<https://tinyurl.com/bdhbpdy6>Acesso em: 5 out. 2024.

GALINDO, Rogerio.Ratinho diz que professor não precisa mais “gastar tempo” preparando aula.*In: JORNAL PLURAL CURITIBA. Jornal Plural Curitiba*, [on-line], 21 dez. 2023. Disponível em:<https://tinyurl.com/2vss88ng>Acesso em: 5 out. 2024.

KRAWCZYK, Nora; FERRETTI, Celso João. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. Revista **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 20, p. 33-44, jan./jun. 2017. Disponível em:<https://tinyurl.com/yph6atef>Acesso em: 5out. 2024.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

MENDES, Ademir Aparecido Pinhelli; HORN, Geraldo Balduíno; REZENDE, Edson Teixeira de. As políticas neoliberais e o pragmatismo gerencial na educação pública paranaense. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-24, jan./dez. 2020. Disponível em:<https://tinyurl.com/2svueefs>Acesso em: 5out. 2024.

MICROSOFT CORPORATION INC. Microsoft Power Business intelligence. *In: MICROSOFT CORPORATION INC. Power BI*, [on-line], 2025. Disponível em:<https://tinyurl.com/nmv87xvc>Acesso em: 1abr. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Acordo de Cooperação Técnica nº 201900013.** Acordo de Cooperação que entre si celebram o estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, o Instituto Sonho Grande, o Instituto Natura e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, para os fins especificados abaixo.Curitiba: SEED/PR, 2019.Disponível em:<https://tinyurl.com/mdv24665>Acesso em: 5 out. 2024.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Deliberação CEE/PR nº 04/2021, de 29 de julho de 2021. Diretrizes Curriculares Complementares para o Novo Ensino Médio do Paraná. **Diário Oficial do Paraná:** Curitiba, ano 109, n. 10998, p. 39, 13 ago. 2021a.Disponível em:<https://tinyurl.com/3ufr4frd>Acesso em: 5out. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Referencial Curricular para o ensino médio do Paraná.** Curitiba: SEED/PR, 2021b. v. 1, 2, 3.Disponível em:<https://tinyurl.com/4v667mc6>Acesso em: 5out. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **RCO+aulas.** Curitiba: SEED/PR, 2022a. Disponível em:<https://tinyurl.com/2s3pdck3>Acesso em: 15 jan. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Contrato de aquisição de licença de uso de plataforma educacional assistida, que entre si celebram o serviço social autônomo ParanáEducação (“Paraná Educação”) e a Quizizz INC. (“QUIZIZZ).** Curitiba: SEED/PR, 2022b. Disponível em: <https://tinyurl.com/3w3353ak>Acesso em: 15 jan. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Guia para Docentes de Projeto de Vida.** Curitiba: SEED/PR, 2023. Disponível em:<https://tinyurl.com/mwcd7pfa>Acesso em: 12 ago. 2024.

Flexibilização curricular e plataformização da educação: análise dos efeitos da Reforma do Ensino Médio sobre o trabalho docente

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Instrução Normativa Conjunta DEDUC/DPGE/SEED nº 005/2024, 26 de fevereiro de 2024.** Instrui sobre a oferta de cursos técnicos de nível médio - Itinerário V de formação técnica e profissional, na forma concomitante intercomplementar, nas instituições vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba: SEED/PR, 2024. Disponível em:<https://tinyurl.com/y9z948sw>Acesso em: 12 ago. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Ferramentas educacionais. In:PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Escola Digital Professor**, [on-line], 2025. Disponível em:<https://tinyurl.com/384r5f5e>Acesso em: 1 abr. 2025.

SHIROMA, Eneida Oto. Política de Profissionalização, Aprimoramento ou desintelectualização do professor? **Intermeio**: revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, MS, v. 9, n. 17, p. 64-83, 2003.

SILVA, Filomena Lúcia G. R.; MARTINI, Tatiane Aparecida; POSSAMAI, Tamiris. A Reforma do Ensino Médio em Santa Catarina: um percurso atravessado pelos interesses do empresariado. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 58-81, maio/ago. 2021. Disponível em:<https://tinyurl.com/4zk58x66>Acesso em: 5out. 2024.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da; CARVALHO, Lorena Sousa. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 50, n.36, p.211-239, set./dez. 2014. Disponível em:<https://tinyurl.com/3tbshwb6>Acesso em: 5out. 2024.

SILVA, Monica Ribeiro da. Currículo, ensino e BNCC: Um cenário de disputas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 367-379, jul./dez. 2015. Disponível em:<https://tinyurl.com/32ejts39>Acesso em: 5out. 2024.

SILVA, Monica Ribeiro da. Impertinências entre trabalho, formação docente e o referencial de competências. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 123-135, jan./mai. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/yn6jzfxt>Acesso em: 5out. 2024.

SILVA, Monica Ribeiro da; BARBOSA, Renata Peres; KÖRBES, Clecí. A reforma do ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v.16, n.35, p. 399-417, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrc4ykjv>Acesso em: 5out. 2024.

SOUZA, Silmara Eliane de. A gestão educacional no Paraná 2011-2013. 160 Fls. **Dissertação**. PPGE Unioeste. Cascavel, 2013.

ZANLORENZI, Andreia. **O componente curricular Projeto de Vida no novo ensino médio no estado do Paraná**: uma análise das implicações para o trabalho docente. 215 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba, 2024.

Notas

¹A pesquisa de campo foi autorizada pelo Núcleo Regional de Educação de Curitiba, através de processo sob protocolo nº 20.977.108-0 e aprovada no Comitê de Ética de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Paraná, pelo Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 75175223.1.0000.0214.

²Acordo de Cooperação Técnica nº 201900013(Paraná, 2019), celebrado entre Instituto Sonho Grande (ISG), Instituto Natura (IN) e Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).

³Cooperação técnica “entre a UNESCO e a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná no âmbito da parceria PRODOC 914BRZ1091, cujo objetivo é trazer soluções inovadoras de gestão da rede pública estadual de educação do Paraná para a melhoria da aprendizagem dos alunos” (Trecho de texto disponível nas aulas prontas. Paraná, 2023).

Sobre as autoras

Andreia Zanlorenzi

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (2004), Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná (2006) e em Psicopedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2013). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (2024). É professora pedagoga da Rede Estadual de Educação do Paraná, atuando com Séries Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. **Email:** andreiazanlorenzi@yahoo.com.br.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0457-0789>

Renata Peres Barbosa

Professora Adjunta do Setor de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná -UFPR. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/ Marília e graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Possui Pós-doutorado em Educação pela Universidade de Lisboa.

E-mail: re_pbarbosa@ufpr.br **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-3545-2421>

Recebido em: 04/06/2025

Aceito para publicação em: 01/07/2025